

Amaury de Souza *

Raça e Política no Brasil Urbano

1. Introdução. 2. Desigualdade e integração racial. 3. Raça e política. 4. Amostra e métodos. 5. A desigualdade vivida: classes e mobilidade social. 6. A desigualdade percebida: classe e identificação partidária. 7. A dimensão política: voto e preferência partidária. 8. Desigualdade racial e comportamento político. 9. Conclusões.

Um dos aspectos mais fascinantes do estudo das relações raciais no Brasil é exatamente a discrepância existente entre a imagem e a realidade da situação social do negro e do mulato. O desaparecimento do trabalho escravo há cerca de 80 anos atrás não determinou a inserção automática da massa de negros libertos na sociedade brasileira. De fato, os ganhos sociais da população negra, enquanto grupo, foram bastante modestos durante todo esse período, e ainda hoje uma proporção substancial desta população concentra-se nos estratos mais baixos da pirâmide social. É verdade que o negro encontrou condições mais favoráveis para a sua integração social naquelas áreas do país onde, em período anterior à própria Abolição, ele já se havia adaptado à agricultura ou ao artesanato urbano como trabalhador livre.¹ E não é menos verdade que um número considerável de indivíduos negros ascendeu desde então à classe média urbana, mesmo naquelas regiões onde a herança escravagista

erigira as barreiras mais sólidas à sua mobilidade social. Entretanto, a integração e a ascensão social do negro e do mulato deram-se no contexto de uma sociedade predominantemente branca e de acordo com os requisitos e as regras impostas pelo grupo racial dominante. Tal assimetria nas relações entre brancos e negros determinou, de fato, os padrões de integração e de interação raciais na sociedade brasileira. O presente trabalho busca analisar algumas das manifestações políticas desta estrutura de relações raciais.

¹ O impacto social do trabalho escravo não foi uniforme no País, ou sequer em suas regiões mais urbanizadas. A articulação e desenvolvimento das economias regionais foi um dos fatores determinantes da relativa integração social do negro e do mulato. Compare-se a esse respeito os trabalhos de Costa Pinto, L. A. da. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Nacional, 1952; Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus Editora, 1965; Azevedo, Thales de. *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*, UNESCO, Paris, 1953; Cardoso, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro,

* Professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

2. DESIGUALDADE E INTEGRAÇÃO RACIAL

Desigualdades raciais são, em última análise, produto da interação de grupos humanos dotados de recursos diferenciais de poder. A assimetria nas relações entre brancos e negros no Brasil cristalizou-se em alguns padrões específicos de interação racial. Em primeiro lugar, o grupo racial dominante cuidou de que a população negra não viesse a constituir um grupo competitivo. Esse fato é visível em alguns momentos históricos, tal como na decisão de não se prover a massa de ex-escravos com técnicas sociais e recursos materiais que lhes permitissem usufruir as novas oportunidades; ou no estímulo à migração européia, visando a substituir a mão-de-obra negra pelo trabalhador imigrante mais qualificado e, ao mesmo tempo, diluir os ex-escravos e seus descendentes no seio de uma população branca maior e mais prolífica.² O fato de que o negro não pôde competir, enquanto grupo, por melhores posições sociais deu substância às atitudes de tolerância racial apregoadas pela população branca. No dizer de Roger Bastide, foi precisamente porque o negro não ameaçou o status do branco que este último não desenvolveu medos ou ressentimentos em relação ao homem de cor.

Em segundo lugar, essa assimetria impediu que se criassem solidariedades dentro do grupo negro. Um dos aspectos desta questão é evidenciada nos obstáculos impostos à vida associativa do negro. João Baptista Borges Pereira, por exemplo, sugere que o auditório de rádio é uma das poucas situações de convívio e confraternização que o negro pode desfrutar sem sofrer sanções ou pressões externas.³ Entretanto, o aspecto mais importante nesse particular, tem a ver com o mecanismo clássico de ascensão social do negro, qual seja, ser cooptado pelo branco para posições sociais mais altas. Esse sistema de apadrinhamento garante a ascensão vagarosa

um segundo momento, a assimilação constante de indivíduos negros e, assim fazendo, desarma ao mesmo tempo as possíveis resistências do branco, resistências estas que seriam muito mais pronunciadas caso se tratasse da ascensão do negro enquanto grupo social. É exatamente esse sistema que impõe ao indivíduo negro um cálculo de ação que mina incessantemente as suas possibilidades de vida associativa ou de mobilização como grupo. Tal cálculo lhe é imposto desde o início do processo de mobilidade social. Para começar a sua ascensão, é mister que o negro estabeleça uma relação deferencial com o branco em um contexto de poucos patrões e muitos candidatos a protegidos. Essa relação de dependência é necessariamente uma relação entre indivíduos, onde o negro se qualifica como candidato através do contraste de suas ações àquelas da população negra. Uma vez adquirido um novo status, a total ruptura com o meio negro faz-se inevitável, seja como mecanismo de autodefesa — isolando o indivíduo de relações sociais danosas à sua posição — seja como mecanismo de ostentação de status e de absorção de novos padrões de vida.⁴

Finalmente, e já como consequência da desmobilização do grupo negro enquanto tal, essa relação assimétrica impõe ao negro, como requisito de integração social, a assimilação do sistema de valores do branco, inclusive o estereótipo da inferioridade do negro. O processo de "embranquecimento" do negro socialmente móvel evidencia-se de várias formas. Em um primeiro momento, ele se revela na adoção, pelo negro, de valores e padrões de comportamento do branco ao preço da rejeição de sua identidade racial e do solapamento de sua própria imagem. Os estudos de René Ribeiro e de Carolina Martuscelli sobre o preconceito racial mostram que as próprias vítimas da intolerância racial subscrevem às concepções interrogatórias

do negro e do mulato.⁵ Em lação dos valores do branco mostra-se na internalização do casamento inter-racial como meta: é a aspiração do negro de produzir descendentes mais claros, uma prole embranquecida que encontre menos resistência à aquisição e ao usufruto de um status social mais alto. Ou então, o casamento inter-racial comprova o sucesso social do negro no mundo do branco: "mais do que a expressão do inculcamento de um padrão estético branco" — escreve João Baptista Borges Pereira — "a posse da mulher loira, esposa, noiva ou amante, é o termômetro que mede a projeção econômica, artística e também social do negro ou do mulato radialista".⁶

Dada a assimetria das relações raciais no Brasil e os requisitos para a integração do negro, a imagem do País como uma "democracia racial" expressa, na verdade, uma situação relativamente liberta de tensões raciais em virtude da marginalização social da população negra e mulata e da absorção seletiva de indivíduos negros com fortes ambições de mobilidade. A baixa saliência de raça como critério para a interação mais superficial e a pouca manifestação aberta de preconceitos raciais não

1963.

² Bastide, Roger. The development of race relations in Brazil. In: Hunter, Guy ed. *Industrializations and race relations*. London, Oxford University Press, 1965. p. 9-29. Para uma discussão mais ampla do poder diferencial entre grupos raciais, ver Blalock, Hubert M. *Toward a theory of minority-group relations*. John Wiley, 1967.

³ Pereira, João Baptista Borges. *Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio em São Paulo*. Livraria Pioneira Editora, 1967.

⁴ Fernandes, Florestan. Mobilidade social e relações raciais: o drama do negro e do mulato numa sociedade em mudança. *Cadernos Brasileiros*, (47): 51-67 maio/jun. 1968. No discurso racial brasileiro, o candidato à ascensão social é descrito como "um negro com alma de branco".

⁵ Ribeiro, René *Religião e relações raciais*. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1956; Martuscelli, Carolina. Uma pesquisa sobre aceitação de grupos nacionais, raciais e regionais em São Paulo. *Psicologia*, Boletim n. 119 da Universidade de São Paulo, 1950.

⁶ Pereira, João Baptista Borges, op. cit. p. 137.

invalidam essa afirmação: “é que se confundem” — no dizer de Florestan Fernandes — “padrões de tolerância estritamente imperativos na esfera do decôro social com igualdade racial propriamente dita”.⁷ Ao invés, essa tolerância benevolente apóia-se no fato de que o negro não constitui um grupo em posição de competir com o branco e de que a ascensão de uns poucos indivíduos ainda tem muito de mobilidade consentida. Essas considerações também sugerem que a tolerância racial é viável dentro de dois parâmetros, quais sejam, o “embranquecimento” como requisito básico de integração social e a desmobilização constante do negro enquanto grupo social. O fato de que o aspecto racial brasileiro, caracterizado por uma multiplicidade de tons e matizes da cor da pele, não permita distinções inequívocas entre brancos e negros não invalida o argumento. O fator crucial nessa distinção é o contrôlo e a manipulação do status racial e étnico pelo branco — ou, no dizer exato de Abdias do Nascimento, pelo setor “menos negro” da sociedade brasileira.

No que diz respeito à sua desmobilização, a ascensão social do negro em termos de ser cooptado pelo branco impõe-lhe sanções severas quanto à convivência com indivíduos da mesma cor ou quanto a demandas de oportunidades equalitárias. Assim, o negro cedo aprende que “como técnicas de ascensão e de preservação de status, o silêncio, a cordialidade e a indiferença, mesmo simuladas, são preferíveis a uma atitude reivindicatória”.⁸ No que diz respeito ao seu “embranquecimento”, o negro é levado a aceitar os estereótipos e as atitudes negativas sobre si mesmo, rejeitando a sua própria identidade racial e buscando provar incessantemente ser ele, como indivíduo, uma exceção à regra. Finalmente, e como corolário de sua integração, o negro subscreve à ideologia racial brasileira: a inexistência de preconceito e

discriminação racial, a igualdade de oportunidades de ascensão social e a universalidade do casamento inter-racial. Ao internalizar tais atitudes, especialmente aquela que reza não existir discriminação no Brasil, o negro leva o processo de “embranquecimento” à sua conclusão lógica, reafirmando a inferioridade daqueles que, mesmo na ausência de barreiras à sua ascensão social, ainda se concentram nas posições mais baixas da sociedade.

Por essas razões, a integração social do negro obtém-se às custas da erosão de sua identidade racial e, consequentemente, de sua auto-imagem e do seu retraimento à associação com membros do mesmo grupo racial. Florestan Fernandes sugere que esse processo é particularmente dramático para o negro de classe média, o qual é obrigado a desenvolver complicadas estratégias de acomodação com o branco ou a se retrair por completo de qualquer interação que o force a reafirmar sua rejeição da identidade racial.⁹ Essa erosão insidiosa da identidade do negro, pela reafirmação de sua inferioridade e pelas pressões no sentido de seu “embranquecimento”, se mais visível em posições sociais mais altas, existe em todos os níveis da estrutura de classes no Brasil, fundada como está em uma coleção sólida de estereótipos e de atitudes raciais desfavoráveis ou mesmo em concepções negativas do negro de fundo religioso.¹⁰

Por essas razões, não se necessita de muita imaginação para supor-se que essa erosão da identidade do negro se revele em uma extensa gama de comportamentos. De fato, vários estudos dão testemunho da alta incidência de comportamentos anômicos entre negros, principalmente durante as primeiras décadas deste século: a reação do negro aos estereótipos por ele internalizados, ao solapamento contínuo de sua auto-imagem tem-se evidenciado na sua contribuição

desproporcional às taxas de crime, alcoolismo e suicídio.¹¹ É minha intenção, neste trabalho, explorar a possível contribuição dessa crise de identidade do negro e do mulato ao seu comportamento político.

3. RAÇA E POLITICA

Existem pelo menos três aspectos do estudo de relações raciais que são imediatamente relevantes para a dimensão política. Em primeiro lugar, caberia indagar em que medida a experiência de desigualdades sociais por parte de um grupo étnico expressa-se em **atitudes e comportamentos políticos diferenciais**; em segundo lugar, e se a primeira pergunta comportar uma resposta positiva, sob que condições essa experiência se transmuta em uma solidariedade racial capaz de expressar-se como **comportamento político coletivo**; e, em terceiro lugar, como opera o sistema político de uma sociedade multirracial no sentido de **desmobilizar o potencial de comportamento político coletivo**.¹² No presente trabalho será considerada a primeira questão, sem prejuízo

⁷ Fernandes, Florestan. op. cit. p. 54.

⁸ Pereira, João Baptista Borges, op. cit. p. 175. Ver também os artigos de Hammond, Harley Ross. Race, social mobility, and politics in Brazil. *Race*, 4 (2), maio 1963; Garcia-Zamor, Jean-Claude. Social mobility of negroes in Brazil. *Journal of interamerican studies*, 12 (2), abr. 1970.

⁹ Fernandes, Florestan. op. cit. p. 56 e seg. Ver. também Azevedo, Thales de. *Cultura e situação racial no Brasil*. Editora Civilização Brasileira, 1966. Uma revisão crítica da hipótese da “crise de identidade” do negro nos Estados Unidos é apresentada por McCarthy, John D. & Yaucey, W. L. Uncle Tom and Mr. Charlie: metaphysical pathos in the study of racism and personal disorganization. *American Journal of Sociology*, maio 1971.

¹⁰ Sobre as relações entre preconceito racial e classe social, ver Cardoso, Fernando Henrique & Ianni, Octávio, *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. Companhia Editora Nacional, 1960. Sobre a origem religiosa de estereótipos, ver Bastide, Roger. Color, racism, and christianity. *Daedalus*, 96 (2): 312-27, 1967.

¹¹ Para o caso de São Paulo, ver Fernandes, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. op. cit. v. 1, parte 2; para o caso do Rio de Janeiro, ver Costa Pinto, L. A. da. O negro no Rio de Janeiro. op. cit. passim. Ver também Bastide, Roger. A criminalidade negra no estado de São Paulo. In: Nascimento, Abdias do. *O negro revoltado*. Edições GRD, 1968.

¹² Lamounier, Bolivar. *Raça e classe na política brasileira*. Cadernos Brasileiros (47): 39-50, maio/jun. 1968.

de algumas especulações sobre a segunda e a terceira perguntas.

A questão do comportamento político diferencial do negro e do mulato está, a meu ver, intimamente relacionada à emergência do populismo no Brasil; pelo menos durante os primeiros anos do período de democracia liberal, de 1945 a 1964, as categorias políticas de **negro e povo** eram quase que intercambiáveis. A tentativa de Vargas de criar uma nova base política para o Estado Novo através da mobilização dos trabalhadores urbanos e a importância política dessa massa urbana nas duas décadas seguintes à redemocratização estabeleceram essa correlação; e pelo menos dois fatores sugerem que a correlação entre **negro e povo** não era espúria. Por um lado, a população negra e mulata contribuía desproporcionalmente para os setores de mão-de-obra mobilizados por Vargas; e, por outro, a oposição a Vargas ressaltava essa correlação, num esforço de transferir para um movimento político os estereótipos imputados ao negro e ao mulato. Não que essa massa de trabalhadores compartilhasse uma identificação de objetivos étnicos ou mesmo que fosse sensível a líderes nascidos em seu seio; com exceção da **Frente Negra Brasileira** de São Paulo os movimentos coletivos do negro não se baseavam em solidariedades raciais, não perseguiram objetivos exclusivos ou sequer pautavam pela busca de representação política, concentrando os seus votos como um eleitorado coeso. Pelo contrário, "todas as tentativas de congregar o voto negro, por exemplo, canalizando-o para determinado representante, sempre falharam irremediavelmente".¹³ Não é difícil identificar aqui a ação dos mecanismos tradicionais de pulverização de solidariedade entre os negros; não obstante, essa população não votava de forma aleatória, dado que ela compartilhava, mesmo que de forma latente, uma mesma experiência de

privação cujo denominador comum era a cor da pele.

De fato, a consistência do comportamento político coletivo do negro revelava-se na sua participação como "povo" durante o Estado Novo e como seguidores de Vargas no período seguinte à redemocratização. Não são poucas as indicações de que o voto negro e mulato era de fato um voto trabalhista; os dados sobre preferência partidária apresentados neste trabalho confirmam tais indicações. Gilberto Freyre interpretou a preferência do negro por Vargas e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como um produto de seu profundo sentimento de insegurança e de sua busca de um substitutivo para a figura do imperador ou do autocrata da casa grande. Assim, Vargas teria encarnado a figura do patriarca benevolente ao nível do Estado nacional, e o ter sido denominado Pai dos Pobres denotaria não apenas o reconhecimento dos benefícios auferidos pelos trabalhadores urbanos durante o Estado Novo, mas também a dependência essencial do negro e do mulato a líderes paternalistas.¹⁴ Embora esta hipótese peque pela excessiva simplificação dos processos sociopsicológicos envolvidos na identificação como um líder político, ela sugere alguns fatores importantes na explicação de sua lealdade a Vargas. Em primeiro lugar, é fato que a situação do negro e do mulato melhorou substancialmente durante o Estado Novo. Até a implantação da legislação trabalhista, a discriminação ocupacional em virtude de fatores raciais era fato notório: não apenas era o negro, em sua grande maioria, confinado às posições ocupacionais mais baixas e menos estáveis mas, mesmo quando aí empregados, ele era sub-remunerado. Assim, as medidas de proteção ao trabalho introduzidas pela legislação do Estado Novo foram particularmente benéficas para o negro e o mulato. O estabelecimento do salário mínimo, por exemplo, eliminou a política

de sub-remuneração dos trabalhadores de cor e lhes garantiu "certa equidade na competição salarial com os brancos envolvidos nos mesmos níveis ocupacionais".¹⁵ Da mesma forma, eles se beneficiaram enormemente do período de industrialização acelerada durante a II Grande Guerra: esse período multiplicou as oportunidades de emprego, criando uma enorme demanda de mão-de-obra. O aumento maciço de posições para trabalhadores não qualificados teve especial significação para o negro e o mulato: é que esse aumento coincidiu com a ausência de corrente migratórias volumosas, deixando em suas mãos o suprimento quase exclusivo desse mercado de trabalho. Entretanto, a escassez de mão-de-obra qualificada também forçou a abertura de canais de mobilidade ocupacional até então inacessíveis à população de cor, e não foram poucos de seus membros que conquistaram rapidamente posições de classe média. Em segundo lugar, deu-se o fato não menos importante, da mobilização dessa população para formar a base política do Estado Novo e, mais tarde, do PTB. Para tanto, não foi necessário que o apelo de Vargas se dirigisse para minorias raciais: os negros e mulatos eram na realidade a componente principal do "povo" que Vargas transformou, de massa de cidadãos de segunda classe em um dos principais suportes do Estado Novo. Entretanto, a lealdade política de negros e mulatos vai, a meu ver, além de sua concentração entre trabalhadores manuais e é nesta conexão que a hipótese de Gilberto Freyre ganha um novo significado. O padrão tradiciona-

¹³ Fernandes, Florestan. *A integração...* op. cit. v. 2, p. 57.

¹⁴ Freyre, Gilberto. *A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1 (1): 39-48, dez. 1956. Uma outra sugestão da preferência de negros e mulatos pelo PTB foi a de Tavares, José Nilo. *Marginalismo social, marginalismo políticos?* *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 13: 69-86, jan. 1962.

¹⁵ Fernandes, Florestan. *A integração...* p. 147.

lista de relações raciais no Brasil sempre se estruturou como uma dependência unilateral do negro ao branco, no sentido de que o recipiente de benefícios não se encontra em posição de reciprocá-los com o doador, exceção feita a manifestações de comportamento deferenciais. Assim, a integração social do negro e do mulato fêz-se à custa de seu rebaixamento a recipiente de benefícios e favores, sujeito ao poder e à benevolência do branco.

Portanto, a passagem de uma situação de "negro da casa" para uma de "pobre" se fêz sem solução de continuidade. Pois, como lembrava Simmel, o pobre é classificado como categoria social não em virtude **do que ele faz**, mas em virtude **do que se faz para ele**.¹⁶ Por essas razões, o chamar-se a Vargas Pai dos Pobres tinha, para o negro, um significado muito especial e é somente nesta conexão que se pode entender como uma minoria racial responde ativamente a apelos aos "pobres" no momento em que ela experimenta a maior taxa de mobilidade social.

Se essas considerações são corretas, segue-se que a lealdade política de negros e mulatos a Vargas e ao PTB seria maior do que se esperaria caso se considerasse unicamente a sua posição social. Da mesma forma, essa população tenderia a se ver como categoria social abaixo do que seria de esperar dada a sua real posição social. E, finalmente, as razões para a sua preferência política deveriam encontrar-se na ação conjunta de sua posição social e de sua auto-imagem. Essas são as hipóteses que este trabalho busca investigar.

4. AMOSTRA E MÉTODOS

Para testar essas hipóteses, lancei mão de uma análise secundária de dados coletados por Gláucio Ary Dillon Soares na cidade do Rio de Janeiro em 1960. A investigação original visou à previsão dos resultados das eleições presidenciais de 1960; nesse sentido, foram

entrevistados 1.886 eleitores durante a última semana de agosto e a primeira semana de setembro de 1960. A amostra foi estratificada pelas 15 zonas eleitorais do Estado e selecionada a intervalos regulares das listas eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral; portanto, essa amostra é representativa de indivíduos alfabetizados, que possuíam título de eleitor e com idade acima de 18 anos.¹⁷

A determinação da cor do entrevistado foi feita pelo entrevistador e a sua avaliação classificada como "branca, parda, preta ou amarela". Esse critério de coleta de dados, em que pêssem as suas limitações, foi aceito como válido no presente trabalho. O quadro 1 mostra a distribuição dos entrevistados pela sua cor.

Quadro 1: Distribuição da amostra do eleitorado da Guanabara por cor, 1960 *

Cor	N.º	%
Branca	1.443	78
Parda	285	16
Preta	112	6
	1.840	100

* Foram eliminados da amostra 46 entrevistados de cor "amarela".

A **ocupação** dos entrevistados foi classificada segundo uma escala ocupacional muito semelhante à escala empregada por Bertran Hutchinson em **Mobilidade e trabalho**; para os propósitos do presente trabalho, essas categorias foram agregadas em três grandes grupos, como segue: a) **ocupações não manuais** (profissões liberais e altos cargos administrativos, cargos de gerência e direção, altas posições de supervisão e inspeção de outras não manuais, posições mais baixas de supervisão e inspeção e outras ocupações não manuais e cargos de rotina não manuais e fazendeiro e proprietário de terras); b) **ocupações manuais especializadas**; e c) **ocupações manuais não especializadas** (ocupações manuais não especializadas e semi-especializadas e trabalhadores agrí-

colas).

A **educação** dos entrevistados foi também classificada em dois grupos: a) **educação primária**, compreendendo todos aqueles que possuísem até curso primário completo, inclusive; e b) **educação secundária ou mais**, incluindo todos aqueles que possuísem secundário incompleto até universitário completo.

Finalmente, agreguei prêtos e pardos em um único grupo ao qual denominei de **negros**. As razões para tal procedimento são simples. Em primeiro lugar, existia um número extremamente reduzido de prêtos e pardos na amostra. Caso utilizasse os três grupos para análise, seria impossível utilizar maiores contrôles nas tabulações e isso quando o teste de hipóteses deste trabalho demanda tabelas trivariadas. Em segundo lugar, a decisão de agregá-los teve muito a ver com o fato de, nos aspectos mais essenciais, as duas categorias se comportarem de forma muito similar. Entretanto, ressaltai aquelas instâncias em que os dados sugerem padrões diferentes para negros e mulatos. Mas o estudo dessas diferenças exigiria a realização de uma nova pesquisa, objetivo este que supera em muito as ambições do presente estudo.

Creio também conveniente aduzir duas palavras sobre um método de análise empregado neste trabalho. As hipóteses anteriormente formuladas — a existência de um efeito cumulativo de raça e classe sobre comportamento político e de um

¹⁶ Simmel, Georg. *Der Arme*, ensaio traduzido e publicado em *Social Problems*, 13 (3), 1965. Ver também Coser, Lewis A. *The sociology of poverty*. *Social Problems*, 13 (3): 140-48, 1965.

¹⁷ Para maiores detalhes sobre a seleção da amostra, ver Soares, G. A. Dillon. *Classes sociais, strata social e as eleições presidenciais de 1960*. *Sociologia*, 23 (3): 217-38, set. 1961. Outros de seus trabalhos baseados nestes dados são: *Interesse político, conflito de pressões e indecisão eleitoral*. *Síntese Política, Econômica e Social*, 3 (9): 5,34, jan./mar. 1961. *Desenvolvimento econômico e radicalismo político: notas para uma teoria*, *Boletim do CLAPCS*, 4 (2): 117-57, maio 1961. *As bases sociais do lacerdismo*. *Revista Civilização Brasileira*, 1966. Agradeço a Gláucio Soares a permissão para analisar esses dados.

outro efeito similar de raça e auto-imagem sobre esse tipo de comportamento — requerem testes baseados em um modelo analítico tal que a relação entre duas variáveis seja interpretada por meio de uma variável interviniente, denominada “fator de teste”; o critério para se determinar tal interpretação consiste em se saber se as associações parciais desaparecem ou se reduzem quando o fator de teste é mantido constante. Um método para se obter uma tabela que mostre a relação entre duas variáveis, e quanto o fator de teste é controlado, é o da padronização desse fator. Reduzido aos seus aspectos essenciais, tal método provê uma medida sumária dos valores de duas variáveis quando uma variável interviniente é mantida constante. Por exemplo, neste trabalho indago qual seria a distribuição de preferências entre brancos e negros caso ambos os grupos tivessem o mesmo nível educacional; vale dizer, caso educação — um fator que explica grande parte da variação naquela variável dependente — fosse controlada ou mantida constante. A padronização do fator de teste (nesse caso, educação) mostra as relações entre raça e preferência partidária, reduzindo uma tabela de oito celas a uma outra de apenas quatro celas.¹⁸

5. A DESIGUALDADE VIVIDA: CLASSE E MOBILIDADE SOCIAL

Não obstante a ascensão social do negro desde a II Grande Guerra, a extrema desigualdade racial que herdamos do passado escravocrata tem revelado possuir uma notável estabilidade. Um exame superficial dos Censos de 1940 e 1950, por exemplo, mostra a considerável distância que separa brancos e negros em tôdas as esferas sociais. Apenas para citar uma instância, em 1930 só 41% de todos os brancos, em contraste com 73% de negros e 69% de mulatos, eram analfabetos. Tais desigualdades estavam presentes mesmo no Rio de Janeiro onde a experiência da escravidão

havia sido sensivelmente menos severa do que na região sul do país. Costa Pinto mostra que, em 1940, apenas 12% da população branca em idade escolar eram analfabetos, enquanto que essas proporções subiam para 24% e 46% entre mulatos e negros.¹⁹

A desigualdade em termos de nível educacional é confirmada pelos dados coletados em 1960 no Rio de Janeiro. Como mostra o quadro 2, a distribuição de brancos e negros por níveis educacionais é diametralmente oposta.

Quadro 2: Raça e educação

Educação	Branco	Negro
Curso primário ou menos	37%	70%
Curso secundário ou mais	63% (1.321)	30% (347)

Desigualdades similares podem ser observadas em relação ao nível ocupacional dos dois grupos. Costa Pinto já notara que embora a população de côr no Rio de Janeiro constituísse apenas 25% da população ativa, ela entrava na categoria de “empregados” numa proporção de 99%. O quadro 3

Quadro 3: Raça e ocupação

Ocupação	Branco	Negro
Não-Manuais	71%	37%
Manuais Especializados	21%	33%
Manuais Não-Especializados	8% (1.321)	30% (347)

mostra a distribuição ocupacional de brancos e negros no Rio de Janeiro em 1960.

Estes dados mostram que o negro ocupa uma posição social muito menos vantajosa do que o branco. Entretanto, cabe também perguntar em que medida essas desigualdades se modificaram em relação à última geração; tal questão é especialmente pertinente neste trabalho dado que a geração entrevistada foi

quem experimentou o impacto do Estado Novo e do período de expansão econômica durante a II Grande Guerra. O quadro 4 mostra a experiência de mobilidade social (mensurada pela diferença entre a ocupação do entrevistado e aquela de seu pai) dos dois grupos.

Quadro 4: Raça e mobilidade social

Mobilidade Social	Branco	Negro
Ascendentes	23%	31%
Estáveis	54%	46%
Descendentes	23% (1.215)	23% (315)

Os dados sobre mobilidade social de brancos e negros são notáveis, especialmente quando se tem em conta que a maioria de negros ascendentes se concentra em ocupações não-manuais. Assim, esses dados mostram no nível individual o resultado das múltiplas oportunidades de ascensão abertas ao negro durante e após a II Grande Guerra. Que êle soube delas tirar proveito mostram os dados de sua maior taxa de ascensão social em relação a do branco. A forte desigualdade de posições sociais não pode, portanto,

obscurecer os seus ganhos nas últimas duas décadas: cabe perguntar como o negro percebe tais ganhos.

¹⁸ O método de padronização é discutido em Rosenberg, Morris. Test factor standardization as a method of interpretation. *Social Forces*, 41 (1): 53-61, out. 1962. Entretanto, para que tal método seja corretamente aplicado é necessário que se postule a existência de efeitos aditivos entre as variáveis; ver a este respeito o artigo de Atchley, Robert C. A qualification of test factor standardization: a methodological note. *Social Forces*, 47 (1): 84-85, set. 1968.

¹⁹ Costa Pinto, L. A. da. op. cit.

6. A DESIGUALDADE PERCEBIDA: CLASSE E IDENTIFICAÇÃO DE CLASSE

Sugeri no início deste trabalho a existência de um paradoxo na situação do negro, qual seja: o fato de ele se avaliar como "pobre" exatamente quando experimentava marcada ascensão social. Também sugeri que era essa identificação resultado da erosão de sua auto-imagem no processo da integração social e da situação de dependência em relação ao branco, o fator responsável, no nível agregado, pelo apoio do negro a Vargas. O quadro 5 apresenta os dados relativos à identificação de classe.²⁰

Quadro 5: Raça, ocupação e identificação de classe

	Não-Manuais		Manuais	
	Branco	Negro	Branco	Negro
Classe média	75%	43%	29%	14%
Classe trabalhadora	19%	44%	58%	63%
Classe pobre	6%	13%	13%	23%
	(929)	(124)	(376)	(217)
	} 25%		} 71%	
	} 57%		} 86%	

As diferenças na identificação de classe entre brancos e negros são notáveis. Em primeiro lugar, a maioria dos negros, quer "manuais" ou "não-manuais", identifica-se com as classes trabalhadora e pobre, enquanto que apenas a maioria de brancos "manuais" se identifica como tal. Da mesma forma, em cada categoria ocupacional, um número maior de negros do que de brancos se identifica com essas classes. Em segundo lugar, embora o negro "não-manual" tenda a se identificar mais com a classe média do que o negro "manual", essa diferença é muito menor do que aquela observada entre brancos. Assim, a mobilidade social não parece ter sido suficiente para modificar a percepção de sua situação como sendo mais baixa do que o é na realidade: o fato é que mesmo o negro de classe média continua a se ver como "trabalhador" ou "pobre".

Isso significa que o negro também se vê como membro de

Quadro 6: Raça, ocupação e percepção de classe em desvantagem

	Não-Manuais		Manuais	
	Branco	Negro	Branco	Negro
Classe média	23%	7%	5%	3%
Classe trabalhadora	49%	61%	69%	73%
Classe pobre	28%	32%	26%	24%
	(789)	(95)	(311)	(174)
	} 77%		} 95%	
	} 93%		} 97%	

uma classe em situação desvantajosa? O quadro 6 sugere que a resposta a essa pergunta é afirmativa.²¹

Esse quadro mostra que o negro tende a perceber as classes com as quais ele se identifica como aquelas em situação mais desvantajosa. Assim, quando

mas o negro rico, ainda que apenas psicologicamente, continua negro.

7. A DIMENSÃO POLÍTICA: VOTO E PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA

Tendo em vista os dados analisados, a hipótese de comportamento político diferencial em função de raça parece ser bastante plausível. Existem pelo menos duas formas pelas quais a experiência de desigualdades raciais pode manifestar-se politicamente. Em primeiro lugar, é concebível que a percepção dessas desigualdades se manifeste nos níveis de participação política da minoria racial. Vários autores já sugeriram que o negro de classe média, em virtude das constantes experiências de frustração com as quais se confronta, acaba por isolar-se de toda atividade social e política.²² Em segundo lugar, a experiência de desigualdades raciais pode manifestar-se em termos de preferência por uma organização política que mais se aproxime das aspirações da minoria racial. Já fiz menção, em outra parte deste trabalho, a vários estudos que sugerem ser o voto negro um voto trabalhista por excelência.

Os dados coletados por esta pesquisa não permitem um teste mais rigoroso das diferenças

²⁰ A pergunta original era: "Qual das seguintes classes sociais o sr. acha que é a sua?", seguida de seis alternativas. Agreguei essas escolhas como segue: classe média (classe alta, média-alta e média-baixa); classe trabalhadora (classes trabalhadora e operária) e classe pobre.

²¹ A pergunta original era: "Daquelas classes sociais, há alguma que esteja recebendo menos do que deve?", seguida das mesmas alternativas descritas; essas escolhas foram agregadas de maneira idêntica.

²² Ver, por exemplo, Lamounier, Bolívar. op. cit.

em níveis de participação política. Entretanto, é possível avaliar-se tais diferenças através das diferenças em participação eleitoral e de manifestação de interesse por questões políticas. Os dados aqui analisados mostram que, no que diz respeito à **participação eleitoral, não** existem diferenças significativas entre brancos e negros. As abstenções nas eleições de 1960 são meramente proporcionais a cada um dos grupos. Quanto ao **interesse político** manifestado, a análise feita por Gláucio Soares já havia mostrado não existirem diferenças significativas entre brancos e negros; a análise aqui apresentada, utilizando as mesmas variáveis com diferentes níveis de agregação, confirma essa conclusão. O quadro 7 apresenta os dados para interesse político por raça quando educação é mantida constante; cabe aduzir que a análise do quadro trivariado mostra não existirem diferenças significativas de interesse político entre negros e brancos com curso secundário ou superior.²³

Quadro 7: Interesse político e raça padronizado por educação

Interesse	Branco	Negro
Alto	40%	36%
Médio	49%	54%
Baixo	11%	10%
	(1.411)	(381)

Assim, pelo menos ao nível da participação eleitoral ou interesse político, não parecem existir diferenças significativas entre brancos e negros. Segundo as hipóteses anteriormente formuladas, tais diferenças existiram em termos de **preferência partidária**. Se a hipótese é correta, então o negro deveria preferir o PTB além do que seria de se esperar dado o conhecimento de sua classe social. É necessário que a hipótese de comportamento político diferencial entre brancos e negros seja formulada desta maneira pois análises anteriores desses dados demonstraram existir uma associação entre classe social e preferência partidária, bem como um efeito

cumulativo entre classe, identificação de classe e preferência partidária.²⁴ O quadro 8 mostra a distribuição das preferências partidárias de negros e brancos, sem que classe social seja controlada.

Quadro 8: Raça e preferência partidária

Partido	Branco	Negro
UDN	53%	20%
PTB	31%	56%
Outros	16%	24%
	(1.118)	(289)

Este quadro mostra que existe uma diferença substancial na preferência partidária de brancos e negros. Essa diferença é muito mais clara se eliminarmos os casos de preferências por partidos outros que o PTB e a União Democrática Nacional (UDN). O quadro 9 mostra estas novas diferenças:

Quadro 9: Raça e preferência partidária

Partido	Branco	Negro
UDN	63%	26%
PTB	37%	74%
	(945)	(221)

As diferenças de preferência partidária entre brancos e negros são claras, indicando a existência de uma polarização política em função de raça. Na verdade, é mais realista limitar a análise aos dois partidos majoritários; em primeiro lugar, porque a UDN e o PTB congregavam 83% do eleitorado da Guanabara, e em segundo lugar, porque a situação política se polarizava, com claros tons ideológicos, ao redor dos dois partidos. Assim, a eliminação dos demais partidos nesta análise não violenta a situação real que está sendo estudada. É possível, entretanto, que a forte associação encontrada entre raça e preferência partidária se deva à ausência de controle sobre a classe social do entrevistado, pois se sabe que existe uma forte associação entre classe e partido no Rio de Janeiro e outra forte associação entre

raça e classe. O quadro 10 apresenta os resultados da tabulação de raça e partido quando **educação** é mantida constante. Já atento para a demanda de validação dessa associação, aduzi ao quadro os resultados de votação em diversas eleições para candidatos udenistas e petebistas.

Quadro 10: Raça, partido e voto padronizado por educação

Partido e Voto	Branco	Negro
Preferência Partidária		
UDN	62%	32%
PTB	38%	68%
Eleições Presidenciais, 1955		
Juarez	47%	23%
Juscelino	53%	77%
Eleições Presidenciais, 1960		
Jânio	67%	46%
Lott	33%	54%
Eleições Presidenciais, 1960		
Milton Campos	65%	35%
João Goulart	35%	65%
Eleições Estaduais, 1960		
Carlos Lacerda	67%	44%
Sérgio Magalhães	33%	56%

Este quadro mostra de maneira bastante clara que a associação entre raça e partido não é espúria: **a maioria dos negros, independentemente de sua classe social, é petebista, enquanto que a maioria dos brancos é, da mesma forma, udenista.**

O quadro 10 mostra, ainda, que raça é uma variável poderosa na predição do comportamento político no Rio de Janeiro, pois que essa associação se mantém quase inalterada quando educação é mantida constante. Esse fato é confirmado no nível da análise correlacional. O coeficiente Q entre raça e preferência partidária é igual a 0,66; o coeficiente parcial,

²³ Ver Soares Gláucio. Interesse político... op. cit. p. 23. O grau de interesse político foi mensurado através da questão: "Qual o grau de interesse que o sr. tem pelas próximas eleições? O sr. se considera: muito interessado, bastante interessado, pouco ou não interessado?"

²⁴ Veja-se os artigos de Gláucio Soares citados neste trabalho. A preferência partidária foi obtida pelas respostas à questão: "Qual o partido político de sua preferência?", seguida das alternativas: UDN, PSD, PTB, PSB, PDC, PSP, PRT, PRP e outros.

mantendo-se educação constante, é igual a 0,57.

Assim, para se completar esta análise, cabe perguntar se os dados apóiam a hipótese anteriormente formulada de que a lealdade política de negros ao PTB se deve à sua auto-imagem de "pobres" na sociedade brasileira e à associação histórica entre esta auto-imagem e a liderança política de Vargas.

8. DESIGUALDADE RACIAL E COMPORTAMENTO POLÍTICO

A análise até agora realizada mostrou que o negro, além de ocupar, de fato, posições sociais mais baixas do que o branco, vê-se como membro de categorias sociais mais baixas e de categorias sociais percebidas como estando em clara situação de desvantagem na sociedade. Por outro lado, acabamos de demonstrar que o negro é petebista, não importa qual seja a sua posição social. Resta verificar se a sua auto-imagem pode explicar essa associação. Esta questão é particularmente importante pois a análise desses mesmos dados realizada por Gláucio Soares mostrou que a preferência partidária é cumulativamente influenciada por classe e pela identificação de classe do entrevistado. Portanto, pergunta-se aqui se e **em que medida** a identificação com diferentes grupos de referência modifica a associação entre raça e partido. O quadro 11 mostra os resultados da tabulação de raça e partido por identificação de classe, padronizada por educação.²⁵

Examinando-se este quadro, parece bastante claro que deve ser afirmativa a resposta à pergunta de se a auto-imagem do negro explica a sua preferência pelo PTB. Analisemos este

Quadro 11: Raça, partido e identificação de classe padronizada por educação

Partido	Branco		Negro	
	Média	Pobre	Média	Pobre
UDN	71%	45%	39%	30%
PTB	29%	55%	61%	70%
	(587)	(334)	(52)	(163)

Quadro 12: Raça, partido e mobilidade social de não-manuais

Partido	Branco		Negro	
	Ascendentes	Estáveis	Ascendentes	Estáveis
UDN	68%	76%	35%	51%
PTB	32%	24%	65%	59%
	(154)	(330)	(37)	(29)

quadro por partes. Em primeiro lugar, vemos que a maioria dos brancos se classifica como classe média, enquanto que a maioria dos negros se classifica como pobre. Em segundo lugar, no caso dos **brancos**, classe e identificação de classe influenciam cumulativamente a preferência partidária. Assim, o branco de ocupação manual ou educação primária tende a se identificar como pobre e, conseqüentemente, a preferir o PTB; o branco de ocupação não manual e educação secundária ou superior tende a se ver como classe média e, portanto, a preferir a UDN. Entretanto, no caso dos **negros**, essas relações se modificam. Assim, vemos que o negro de ocupação manual tende a se ver como "pobre" e a preferir o PTB em escala muito maior do que seria de se esperar, dado o conhecimento de sua identificação de classe: os dados mostram que 70% dos negros que se vêem como pobres votam ou preferem o PTB, enquanto que apenas 55% dos brancos na mesma situação o fazem. O negro que se visualiza como membro da classe média, não obstante, **continua a preferir o PTB**, pois menos de 40% nessa categoria vêm a UDN como o seu partido. Essa diferença não pode ser explicada em termos de sua identificação com a classe pobre. Uma hipótese alternativa seria a de uma **persistência de**

lealdade política ao PTB entre os negros de classe média, devido à incorporação incompleta ou rejeição parcial dos valores políticos da classe média branca. Essa hipótese é tão mais plausível quando se tem em mente que o negro desenvolveu a sua lealdade a Vargas e ao PTB há menos de três décadas atrás e que durante esse período ele experimentou uma substancial taxa de mobilidade social. O quadro 12 apresenta os resultados da tabulação por mobilidade social e preferência partidária para negros e brancos "não-manuais".

O fato do negro que se identifica como pertencendo à classe média continuar preferindo o PTB é agora explicado pela persistência de lealdade política ao partido. Um exame do quadro 12 mostra exatamente isto: a maioria dos negros "não-manuais" são **recém-chegados** nessa classe enquanto que a maioria dos brancos "não-manuais" apenas permaneceram na mesma posição ocupada pelos seus pais. Assim, entre brancos e negros **estáveis**, a maioria prefere a UDN, embora a proporção dos que o fazem entre os brancos seja muito maior que aquela entre os negros. A persistência de lealdade política ao PTB — como sobrevivência de um comportamento adequado ao seu meio de origem — também se verifica entre os **brancos ascendentes**: 8% a mais entre eles ainda preferem o PTB em comparação com aqueles que o fazem entre

²⁵ Para os propósitos desta análise, "classes trabalhadoras e pobre" foram agregados em uma só categoria: **pobre**. Vale notar que essas duas categorias têm significados diferentes. Por exemplo, a identificação com a "classe trabalhadora" é típica dos setores de ocupação manual mais integrados no mercado de trabalho. Em outra pesquisa, com maior número de casos, essas diferenças deveriam ser levadas em consideração.

os brancos estáveis. Mas, essa persistência de lealdade é particularmente notável no caso dos **negros ascendentes**: 16% a mais dentre eles preferem o PTB em comparação àqueles em posição estável. Esses dados nos permitem, portanto, concluir que a diferença de comportamento político entre os negros de classe média se deve à grande mobilidade de negros de origem "manual", e à rejeição ou incorporação incompleta dos valores políticos da classe média branca.

9. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou demonstrar algumas hipóteses relativas ao comportamento político diferencial do negro no Rio de Janeiro. O tema básico da investigação foi a preferência do negro pelo PTB além do que seria de se esperar dada a sua posição social. Atribuiu-se essa preferência à identificação do negro com os "pobres" e, no caso dos negros de classe média, à persistência de lealdade política no seu processo de mobilidade social.

Valeria a pena especular sobre as possíveis implicações desses dados na explicação de movimentos políticos coletivos entre negros. A sua autoimagem de minoria racial desprivilegiada poderia ser vista como base para a formação de solidariedades étnicas e de uma base de poder para as suas demandas por melhores condições de vida como grupo. Na verdade, a existência de um sentimento comum de privação não parece ser suficiente para criar-se tais solidariedades; pois o fato é que esse sentimento se coloca para o negro como fruto de sua situação **individual**, como prova de sua inferioridade em uma sociedade onde não existe discriminação racial. As experiências de movimentos negros coletivos durante os anos 30 são taxativas nesse sentido. **A Frente Negra Brasileira**, por exemplo, criou-se em uma situação onde o negro não podia aspirar à mobilidade social ou mesmo ao trabalho manual estável, dada a competição de imigrantes europeus.

Os dados apresentados neste trabalho mostram que o negro experimentou considerável mobilidade social no Rio de Janeiro nas últimas décadas: e esse foi um dos fatores primordiais na desmobilização da **Frente** em São Paulo. Até os anos 40, o negro paulista, sentindo-se excluído, atribuía à sociedade a culpa de suas desditas. Mais tarde, porém, essas tendências seriam, no dizer de Florestan Fernandes, "sublimadas e reprimidas, dando lugar a propensões acomodatórias, graças às quais o negro e o mulato aproveitaram as vias abertas pela ascensão gradual. Voltaram, então, as costas às antigas propensões ao protesto coletivo".²⁶

Assim, pode-se supor que existem pelo menos duas condições necessárias para que a percepção de desigualdades devidas a valores raciais se transforme, de novo, em solidariedade para a ação coletiva. Em primeiro lugar, pela ruptura dos canais de ascensão social abertos ao negro. Essa condição baseia-se no fato de que a existência de possibilidades de mobilidade social individual induz um cálculo racional ao negro segundo o qual as suas chances de ascensão são estimadas como estando em proporção inversa à sua solidariedade étnica. Ou, em segundo lugar, pelo aumento brusco da taxa de mobilidade social do negro, de tal forma que a classe média negra cresça substancialmente. Aqui, e então, é possível ao negro rejeitar as "propensões acomodatórias" de que falava Florestan Fernandes, e exigir a sua integração incondicional na ordem social competitiva.

²⁶ Fernandes, Florestan. A integração do negro... op. cit. v. 2. Isso não significa que tais propensões ao protesto coletivo não hajam encontrado expressão alternativa, ainda que tão-somente no plano simbólico. Por exemplo, Emílio Willems sugere que uma das funções dos cultos de umbanda é a rejeição e a "subversão simbólica" da tutela paternalista dos estratos sociais mais altos. Ver a esse respeito Fernandes, Florestan. Religious mass movements and social change in Brazil. In: Baklanoff, Eric N. ed. *New perspectives of Brazil*. Nashville, Vanderbilt University Press, 1966, p. 205-32. Ver também o artigo de Warren, Donald Jr., *The negro and religion in Brazil*. *Race*, 6 (3), jan. 1965.

150

anos após

ADAM SMITH

HUGH DALTON

formula em *Princípios de Finanças Públicas* uma teoria para justificar a tributação compulsória: o princípio da máxima vantagem social.

**PRINCÍPIOS DE
FINANÇAS PÚBLICAS**
Hugh Dalton - 2.ª ed.

uma publicação da
Fundação Getúlio Vargas
Serviço de Publicações
Praia de Botafogo, 188
CP 21.120, ZC-05, Rio, Gb.